



## POLÍTICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS E BIBLIOTECÁRIOS

*Johnny Rodrigues Barbosa, Joana Coeli Ribeiro Garcia*

**Resumo:** Artigo fruto de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em nível mestrado da Universidade Federal da Paraíba. Tem como tema central a preocupação com a inclusão de profissionais bibliotecários nas Bibliotecas Públicas Municipais (nível micropolítico) da Paraíba como consequência da política nacional (nível macropolítico) de implantação e revitalização destes equipamentos. Tal política é fomentada por ações do Programa Livro Aberto implementado pela Fundação Biblioteca Nacional/Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura (MinC) em parceria com os municípios brasileiros. Institucionalmente uma ação que tem até a atualidade o governo federal como seu principal incentivador desde a atuação do extinto Instituto Nacional do Livro (INL) subordinado à época ao Ministério da Educação hoje sob a responsabilidade dos órgãos já mencionados pertencentes ao (MinC). Discute a questão conceitual no tocante ao conceito genérico de política, política pública até política pública de informação bem como a relação do Programa Livro Aberto com estes conceitos. A pesquisa visitou oito municípios nas quatro mesorregiões do estado contemplados com o programa. Entrevistou os Secretários Municipais de Educação e Cultura sobre a inclusão dos profissionais bibliotecários nas Bibliotecas Públicas Municipais implantadas por meio do programa. O estudo teve três de suas cinco hipóteses confirmadas. Concluiu que as Bibliotecas Públicas da Paraíba ainda não possuem em sua maioria o profissional bibliotecário e que esta exclusão se verifica pela falta de cumprimento dos gestores a respeito da lei 4.084/62, pela escassez dos profissionais no interior do estado e pela falta de atrativo financeiro oferecido pelos municípios.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Públicas Municipais – Paraíba. Bibliotecário – Inclusão Profissional. Política Pública de Informação.

### 1 INTRODUÇÃO

O Brasil preocupa-se em alcançar o *status* de país desenvolvido, para isto envia esforços, por meio de políticas que impulsionem o ritmo do crescimento nos mais distintos segmentos da economia. Dentre tais políticas, os programas *Mais Cultura* e *Livro Aberto* gerenciados pelo MinC e seus órgãos objetivam democratizar o acesso às unidades de informação, principalmente no tocante às bibliotecas públicas (BP). Este equipamento cultural assume papel importante para os municípios brasileiros porquanto representa a democratização da informação, reunindo acervos culturais heterogêneos



capazes de contemplar gratuitamente os interesses das pessoas de todas as idades, de todas as raças, de todos os credos e de todas as línguas.

A sociedade da informação na qual estamos inseridos e a ela subordinados, pelo uso das mais variadas tecnologias, nos contagia com o forte apelo de redes e sistemas, fazendo com que se pense que as BP foram suplantadas pelas modernas tecnologias. Trata-se de ilusão, porquanto o equipamento não saiu da agenda política do(s) governo(s), mesmo porque a disponibilidade infraestrutural nos municípios, especialmente naqueles que distam da capital dos estados é diversa ou inexistente. O esforço em democratizar estas unidades de informação não é algo novo nas políticas, tão pouco surgiu nas décadas marcadas pela ascensão da tecnologia. Mas, ao contrário desde 1937 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) e com a modernidade das redes e serviços de informação eletrônicos, a BP representa uma das soluções para suavizar um dos problemas do mundo moderno, qual seja a desigualdade entre os que têm acesso à informação e os que dela estão desprovidos. (CORREIA; CUNHA JÚNIOR, 2007).

Isso é tão legítimo que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publica desde 1949 o seu manifesto em favor das BP, o qual se encontra na terceira versão publicada em 1994, enfatizando a importância da tecnologia de informação proporcionada por estas instituições. Num contexto em que a economia brasileira se destaca no mundo enquanto um país seguro para os investimentos e isso evidentemente terá suas conseqüências nos investimentos internos do próprio país para que seus cidadãos estejam à altura de acompanhar, desfrutar e contribuir com este desenvolvimento seria, um tanto incoerente se um documento como o Manifesto da UNESCO fosse desconsiderado.

Torna-se evidente que a biblioteca transforma-se, acompanhando os paradigmas tecnológicos da sociedade da informação, também ela, fazendo uso das tecnologias. De maneira cabal consideramos que a BP é um centro irradiador de informação para a comunidade a que serve, com os seus diversos interesses de forma imparcial e gratuita. É natural que este mesmo centro irradiador evolua como um organismo vivo, moldando-se aos paradigmas informacionais. As mudanças e os rumos escolhidos pelas BP são tomados por pessoas como em qualquer organização. É normal que ao pensarmos em bibliotecas, direcionemos nosso pensamento aos livros, estantes, serviços e o material humano que deve ser também considerado. Biblioteca é feita antes de tudo por pessoas que a mantêm viva desempenhando suas atividades rotineiras.

Sob esse prisma abordaremos as deficiências que as BP possuem no tocante aos recursos humanos qualificados. A melhoria e a qualidade nos serviços não se resumem a doação de *kits* e estímulos para a criação de Bibliotecas Públicas Municipais (BPM). É necessário assegurar que as equipes que compõem estes equipamentos tenham em sua composição ao menos um profissional bibliotecário conforme determina a lei 4.084/1962.

Este artigo está baseado na pesquisa intitulada: A INCLUSÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NAS POLÍTICAS NACIONAIS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (BARBOSA, 2011); desenvolvida



no âmbito do Programa de Pósgraduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI / UFPB). O sentido de inclusão que ora discutimos é de cunho profissional e tem sua interface inevitável com a exclusão. Essa compreensão foi alcançada ao recorrermos a discussões sobre inclusão/exclusão social. Fora verificado que estes fenômenos não estão absolutamente ligados a questões de pobreza ou de portadores de necessidades especiais

a exclusão está presente nas mais variadas formas de relações: econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade. Por isso ela é social, porque a privação é coletiva. Ela inclui a pobreza, mas também a subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. Portanto, pode-se dizer que a exclusão pode existir em graus e formas diferentes. (SPOSATI, 1996).

### Refletir sobre a questão da inclusão/exclusão é reconhecer principalmente

A separação entre os que estão dentro e dos que estão fora do circuito das possibilidades de acesso e usufruto de bens, serviços e direitos que constituem o patrimônio de todos. Ou seja, trata-se, de uma divisão entre os que estão, sob todos os aspectos (econômicos, sociais, políticos e culturais), confortavelmente instalados no seio da próspera e moderna sociedade deste final de século e os que estão à margem dela. (PEREIRA, 1998. Grifo nosso)

Foi por meio do conceito de inclusão social que adaptamos a este trabalho sobre o prisma de inclusão profissional o caso do reconhecimento e da inclusão/exclusão dos bibliotecários nas iniciativas nas políticas públicas de fomento a Bibliotecas Públicas.

Para consecução da pesquisa visitamos oito municípios, contemplados com a política nacional de implantação e revitalização de BP o Programa Livro Aberto (PLA). As motivações para investir nesta temática foram fomentadas pela experiência do autor principal com a referida política, suas observações e presunções guiadas pelo senso comum acerca da inclusão do profissional bibliotecário, bem como a necessidade de evidenciar a temática no contexto atual da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Sobre as observações iniciais é necessário reconhecer a importância que o senso comum proporcionou a esta pesquisa muito antes dela ser formalizada no PPGCI/UFPB. Foram percebidas ausências de mão de obra qualificada para as BP. Na divisa entre dois estados localizada entre região da Zona da Mata Norte de Pernambuco e na Litoral Sul da Paraíba, lugares onde viveu o pesquisador não foi possível encontrar um bibliotecário em atuação. Sendo este um dos motivos que o levou a se formar em Biblioteconomia na esperança de contribuir ao menos com sua cidade o que mais tarde fora alcançado por meio do PLA, estando o mesmo coordenando a BP no município de Itambé-PE. Estes procedimentos possibilitaram a iniciação desta pesquisa. Sobre o senso comum é necessário reconhecer que

A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. É



certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador, mas apesar de ser conservador tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. [...] O senso comum é prático e pragmático, reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. (SANTOS, 1988, p.25, grifo nosso)

A experiência de vida trouxe inquietações, que não foram sanadas com as certezas proporcionadas pelo senso comum. Foi necessário ampliar e formalizar a discussão nos moldes científicos para confirmar ou refutar as hipóteses que haviam até então para o caso da inclusão dos profissionais em questão quais sejam:

- a) A profissão é desconhecida pelos gestores e população dos municípios;
- b) A lei 4.084/62 que regulamenta a profissão de Bacharel em Biblioteconomia enquanto política explícita, não possui grau de explicitação a ponto de ser conhecida pelos gestores municipais.
- c) Existência do Curso de Biblioteconomia somente na capital (no caso do Estado da Paraíba) dificulta a possibilidade de profissionais penetrarem no interior do estado;
- d) Os municípios paraibanos têm outras prioridades o que os impossibilita de contratar Bibliotecários;
- e) Os salários oferecidos pelos municípios do interior são relativamente baixos (um salário mínimo) para atrair Bacharéis em Biblioteconomia;

Para tanto, foram entrevistados secretários de educação e cultura de oito cidades do estado da Paraíba com questões semi-estruturadas buscando sentenças que pudessem contribuir para o exame das hipóteses por meio da Análise de Conteúdo. O processo de coleta de dados foi realizado em 2010. Período marcado pelas eleições presidenciais o que dificultou os contatos com os prefeitos, que alegando falta de espaço em suas agendas encaminhavam o assunto para os secretários da pasta que em determinados municípios tratam da cultura de forma exclusiva ou acumulando as atribuições de Educação, Cultura, Turismo, Desportos e Meio Ambiente.

## 2 DA POLÍTICA A POLÍTICA PÚBLICA DE INFORMAÇÃO.

Partindo do conceito genérico de política, pode-se dizer que a mesma é uma ferramenta essencial para a organização da vida do homem que necessita dialogar com o seu semelhante para encontrar formas de convivência no grupo ao qual pertence. Aristóteles (384-322 a.C) escreveu que o homem é um animal político. Etimologicamente a palavra política vem da Grécia antiga *politikós* e significa tudo aquilo que é relacionado às formas de organização da cidade *polis*. Inicialmente a política esteve relacionada a tudo que era urbano. A contribuição Aristotélica enriqueceu essa visão, julgando ser a política uma ciência irradiada em todos os meandros que envolvem o homem. Contudo



o significado primeiro de política gradativamente passou a se popularizar como ciência política, filosofia política designando as práticas do poder pelo estado. Mesmo assim compreendemos que a política é algo tão presente em nossas vidas que se manifesta inclusive dentro de nossas próprias residências e as relações de poder existentes, tornando evidente ser do interesse de todos e quem não se envolve será governado por quem tem interesse.

Esse argumento é necessário para expressar que nosso entendimento de política vai além das ações do estado. No entanto quando se trata de políticas públicas estas sim, referem-se e nos interessam enquanto ações do estado. Os estados democráticos e seus governos implementam ações por meio de políticas embasadas na legalidade outorgada pelo povo representado pelos poderes constituídos. Qualquer ação do governo pode ser considerada uma política pública uma vez que articulam recursos financeiros e materiais que pertencem a todos. Não se trata de ser uma política pública pelo fato ter suas ações publicadas em documentos oficiais obedecendo ao princípio administrativo da publicidade, mas essencialmente por ser tudo do povo. O poder pertence ao povo, o país é uma república – palavra de origem latina que significa coisa pública ou do povo - federativa em que os governantes são escolhidos pelo povo de quem emana o poder. A política não apenas é para a sociedade ela é produto dessa sociedade que em sua estrutura simples ou complexa molda-se de acordo com sua ética e com a sua moral.

No regime democrático costumamos afirmar que a política está para todos como o ar que respiramos. Quem não se interessa como dito outrora sofre por ter seu rumo decidido pelos que participam, debatem, concordam, discordam, chegam a consenso. Com este argumento concordamos que haja políticas públicas em forma de ações do governo que se caracterizam como tal, e também um campo de investigação ou do conhecimento denominado de políticas públicas ou análise de políticas públicas.

No primeiro caso as entendemos como “[...] tudo o que o governo faz ou deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (AZEVEDO, 2003, p.1); enquanto no segundo como

[...] campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário propor mudanças no rumo ou cursos dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.7).

As políticas e conseqüentemente as políticas públicas são tão comuns ao homem, que no mundo científico inexistente campo de investigação percorrido apenas por cientistas políticos. Isso por que o termo política pública é bastante genérico considerando que o governo atua nos mais diferentes segmentos e é natural que os respectivos pares se apropriem de forma justa destas ações com participação sejam analisando ou propondo mudanças na orientação das políticas que:

Repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da



política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse em comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, p. 25).

As políticas públicas enquanto campos de investigação têm seu limiar nos Estados Unidos, primeiramente como uma disciplina acadêmica preocupando-se com estudos sobre as ações dos governos. Antes dessa abordagem todos os estudos inclusive os europeus enfatizavam apenas as análises sobre o estado e suas instituições. São considerados os quatro fundadores da área segundo Souza (2006), os americanos; H. Laswell que nos anos 30 introduz uma ligação entre o conhecimento científico e a produção dos governos através da *policy analysis* ou análise de política pública. Nos anos 50 surge H. Simon introduzindo o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, no qual defendia que a racionalidade das decisões dos gestores era limitada pela incompletude de informação, direcionava o foco de seu estudo aos gestores públicos. Outra contribuição importante foi a de C. Lindblom que durante os anos 60 e 70 questionou a teoria do racionalismo de Simon, pois acreditava que as políticas públicas poderiam “incorporar outros elementos além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse”. (SOUZA, 2006, p.24). Também imprescindível, a contribuição de D. Easton que descreveu uma visão global do processo de produção de políticas públicas ao apontar que as mesmas recebem *inputs* (estímulos) dos partidos, da mídia e dos grupos que influenciam nos seus resultados.

Ao entendermos que o termo política pública é uma designação genérica uma vez que as ações de governo voltam-se aos diversos segmentos, é comum encontrar as designações de políticas públicas de educação, saúde, habitação... No meio informacional podemos entendê-las como políticas públicas de informação, enquanto

[...] o campo de todos os direitos públicos, regulações e políticas que fomentam ou não, ou regulamentam a criação, uso, armazenamento, e comunicação da informação e que no caso da emergência da política de informação pública, esta surge do maquinismo de governo, suas formulações, implementações e avaliações, podendo estar em estado de ser acompanhada [...] (ROWLANDS, 1996, p.14).

Sobre o objetivo de uma política pública de informação a ideia é de que a mesma teria competência para controlar a geração e a organização das atividades de informação, visando uma distribuição socialmente justa dessa informação, com a intenção de gerar conhecimento no indivíduo e induzir seu desenvolvimento pessoal e do seu espaço de convivência (BARRETO, 2004).

É na política pública de informação que classificamos teoricamente as ações do governo em prol das BP. Embora em sua vinculação ministerial esteja ligada ao Ministério da Cultura (MinC) e como atores do cenário, pessoas da área da cultural sendo caracterizada e denominada nos documentos





formais e também por alguns estudiosos como políticas culturais. Essa é a via do poder e de autores. Na perspectiva científica caracterizamos estas ações enquanto políticas de informação em consonância com o conceito de Rowlands (1996). A distribuição socialmente justa de informação que se almeja por meio das BP, para Machado (2010), caracteriza-se enquanto política cultural.

Geralmente, ações ou políticas nacionais voltadas ao equipamento em discussão são relacionadas ao Ministério da Educação que, no passado, foi responsável pelas questões culturais do país até a criação de um ministério específico, em 1985, para se dedicar às questões das letras, do folclore, das artes e das demais manifestações da cultura nacional. Na atualidade, os programas de implantação e apoio às BP estão, institucionalmente, ligados ao Ministério da Cultura (MinC) por meio da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), instituição em cuja estrutura está o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).

### **2.1 Bibliotecários e políticas públicas de informação para BP: Considerações históricas**

No Brasil, a trajetória dos profissionais bibliotecários inserida nos programas de criação e incentivo às BP sempre esteve ligada a iniciativas e articulações do Governo Federal, pois dele emanam as principais ações na tentativa de universalizar no país o equipamento cultural BP. Os programas, durante toda a história, foram e ainda são financiados por ele, mas por se tratar de uma macro política, a execução das ações torna-se de responsabilidade dos gestores municipais. Simões e Lima (1998) esclarecem que a macropolítica trata de grandes agregados e estatísticas, em que se situam os governos, a micropolítica, por sua vez, trata da relação do poder em espaços mais restritos. No nosso entendimento a política nacional para a criação e revitalização de BP assume o papel de uma macropolítica, pois dentro do sistema administrativo da República Federativa do Brasil é a instância federal que idealiza os programas e que providencia os recursos financeiros para o funcionamento.

A primeira iniciativa objetivando aumentar o número de municípios com BP partiu do Instituto Nacional do Livro (INL) criado em 1937, por meio do Decreto de Lei nº 93, de 21 de dezembro daquele ano, por iniciativa do Ministro da Educação Gustavo Capanema no governo Vargas. Dessa forma o INL passa a coordenar de forma integral todos os assuntos referentes à BP no Brasil. Os dois feitos do INL foram a criação de convênios com prefeituras municipais para a criação e manutenção de bibliotecas públicas; e em 1977, a criação do primeiro Sistema Nacional de Bibliotecas que beneficiou estados brasileiros por meio do Programa de Bibliotecas. Os convênios

[...] firmados com as prefeituras municipais e Secretarias Estaduais de Educação e Cultura. É importante salientar que, na impossibilidade de haver uma legislação específica obrigando a criação e manutenção de bibliotecas públicas, por não ter essa medida amparo constitucional, cabe ao instituto exigir contrapartida através destes convênios. Assim diversas melhorias verificadas nas bibliotecas públicas, como exigência de empréstimo domiciliar, contratação de Bibliotecários para bibliotecas públicas estaduais, inclusão de verba específica para aquisição de material bibliográfico nos orçamentos municipais e estaduais foram conseguidas graças a esses convênios. (SUAIDEN, 1980, p.42).



Em 1985, pelo decreto 91.114/1985, o presidente José Sarney cria o MinC (BRASIL, 1985). Antes deste ministério todas as políticas referentes às BP e mobilizações para promoção da leitura estavam sob a responsabilidade do INL que encerra suas atividades aos 55 anos de existência. Em 1992, o presidente Fernando Collor, através do decreto presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, instituiu o SNPB, vinculado hierarquicamente ao Minc e à FBN tendo como objetivos, segundo o artigo 2º:

- I - incentivar a implantação de serviços Bibliotecários em todo o território nacional;
- II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI - proporcionar, obedecida à legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;
- IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas. (BRASIL, 2008).

A instabilidade econômica da primeira metade da década de 1990 impossibilita os trabalhos de implantação de novas bibliotecas no Brasil. As políticas de informação para BP, voltariam a tomar fôlego durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) com o programa *Uma biblioteca em cada município*, objetivando “implantar bibliotecas públicas em municípios que não as possuem e - em casos muito especiais - revitalizar Bibliotecas Públicas agonizantes”. (UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO, 2008).

A retomada de ações de apoio às BP neste período pode ser, coincidentemente, entendida como consequência da terceira edição do Manifesto da UNESCO em prol destas entidades, ano 1994. Trata-se de marco notório para as BP, pois ações desta natureza foram estimuladas no mundo, e o Brasil, enquanto país que sempre pretendeu alcançar prestígio e notoriedade perante a ONU, inclusive ter cadeira permanente no decisivo conselho de segurança, não se eximiu de observar as proposições do citado documento. Para a coordenação do programa, foi criada em 1999, a Secretaria Nacional do Livro e Leitura responsável pela celebração de convênios com os municípios e implantação de bibliotecas. O SNBP continuava a funcionar com as funções de prestar apoio técnico ao programa com a seleção de obras literárias e atualizar o cadastro e registro das BP.

Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reformula a estrutura organizacional do MinC desativando a Secretaria Nacional do Livro e Leitura. A responsabilidade integral pelas BP retornaria





## ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Brasília, Distrito Federal 23 a 26 de outubro de 2011

ao SNBP, que coordena o novo programa federal para as BP. Este, lançado em 2004, chamava-se programa Fome de Livros cuja meta era:

implantar bibliotecas públicas em municípios brasileiros que não dispõem dessas instalações, possibilitando o acesso da população à informação e ao conhecimento e o seu enriquecimento intelectual, zerando o número de municípios sem biblioteca pública, apoiando e dinamizando as já existentes, fazendo com que funcionem como centros geradores de cultura. (BRASIL, 2008a).

Ainda em 2003, reúnem-se, na Bolívia, Chefes e ministros de Estado de vários segmentos, para discutir as comemorações, em 2005, do ano Íbero-Americano da Leitura. No encontro apresentaram-se ações para melhorar o acesso à leitura nos países da Íbero-América. O ano Íbero-Americano da leitura esforçou-se para não permanecer apenas na esfera das comemorações, mas que a leitura se transformasse em:

[...] tema prioritário nas políticas públicas e no imaginário social da região ibero-americana. Assim divulgará iniciativas governamentais, privadas e do terceiro setor em favor da leitura e como tema fundamental para o desenvolvimento. Para isso a Organização dos Estados Íbero-Americanos (OEI), o Cerlac e a Unesco estão estimulando a integração dos Planos Nacionais do Livro e Leitura dos países da área. Governos, escritores, entidades do livro, educadores e bibliotecas, escolas, universidades, fundações que promovem a leitura, a indústria do livro e aqueles que desenvolvem programas e projetos de leitura (MARQUES NETO, 2008, p.24).

O ano Íbero-Americano da leitura extrapolou a esfera da comemoração e alcançou atenção dos governantes, as propostas envolveram diversos setores ligados a promoção da Leitura. Nos países de língua hispânica as comemorações receberam o nome de *Ilímita*, no Brasil, de *Viva Leitura* configurando intensa mobilização promovida em prol da leitura, segundo Marques Neto (2006, p.19).

Movimentos tais como, seminários, reuniões, palestras e eventos com segmentos variados se realizam desde 2003, culminam em 2006 com a mudança do programa Fome de Livros para Livro Aberto gerenciado pelo SNBP da Biblioteca Nacional. Segundo a coordenadora do SNBP, a Bibliotecária Ilce Cavalcanti, os mais de 530 municípios contemplados desde o Fome de Livros receberam:

- 2000 títulos de livros;
- 1 computador com software de catalogação e empréstimo;
- 1 impressora;
- 1 *no break*;
- 1 TV 29”;
- 1 circulador de ar;
- 1 aparelho de vídeo cassete;
- 1 aparelho de DVD;
- 6 mesas para leitor com 4 cadeiras cada;



- 1 mesa de trabalho com cadeira giratória;
- 5 estantes com 5 prateleiras;
- 3 estantes com 3 prateleiras;

Os municípios participantes do programa foram dotados de infra-estrutura de fato reconhecível. Sobre a inclusão do bibliotecário, esta foi recomendada pelo SNBP por meio das cláusulas do contrato de comodato para adesão ao programa. As mesmas orientavam os gestores municipais, a:

envidar esforços para que a Biblioteca disponha de profissional inscrito no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia, em conformidade com as Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, 7.504, de 02 de julho de 1986 e 9.674, de 25 de junho de 1998 e Decreto nº 56.725/65, de 16 de agosto de 1965. Caso isto não seja possível, comunicar o fato à Coordenação Estadual de Bibliotecas de seu Estado (CAVALCANTI, 2008, p.9).

Em 2006 realiza-se o lançamento do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) que se configura como:

um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro. (BRASIL, 2008b).

As atividades do PNLL são variadas e para organizá-las a coordenação do plano dividiu-as em quatro eixos. Consideramos ser este o plano, por excelência, para implementar políticas públicas no tocante ao livro, leitura e bibliotecas. Engloba os principais atores desde a cadeia produtiva do livro até a sua disseminação e utilização.

O Programa Livro Aberto está englobado no eixo 1, com questões relacionadas ao fortalecimento da rede atual de BP e criação de novas unidades. As articulações decorrentes do plano atingem todos os setores do governo que lidam com a leitura.

Os esforços direcionam-se a erradicar o número de municípios brasileiros sem BP, com estrutura planejada, Kits distribuídos, mas insuficiente para prover um serviço de informação de qualidade. Não há ações para qualificação dos recursos humanos e o bibliotecários que por direito legal deve ser o profissional a desbravar essas unidades no interior figura como recomendação, embora se nomeie a legislação.

Razões que nos obrigaram a questionamentos e elaboração das hipóteses da pesquisa, especialmente, tendo em vista não ser responsabilidade exclusiva dos governantes, mas da classe bibliotecária pela omissão em relação às BP.

Exíguos também são os registros de esforços dos Bibliotecários, no sentido de exigirem do Estado uma política para as bibliotecas públicas. Esta categoria profissional acredita, espera, e até deseja sinceramente que a situação mude, mas não consegue se comprometer politicamente com a questão. Vale salientar que, somente a partir de 1967, uma bibliotecária passa a dirigir um dos setores do I.N.L.; sendo que em toda a sua existência, esta instituição



nunca teve um profissional bibliotecário em sua direção. (ARAÚJO, 2002, p.67).

O que impede a inclusão do bibliotecário quando o cenário dispõe de legislação (Lei 4.084/62) e políticas para implantar e revitalizar BP? Algumas respostas estão nos resultados da pesquisa.

### 3 OS RESULTADOS

As hipóteses nortearam a pesquisa e para confirmá-las ou refutá-las percorremos as quatro mesorregiões Paraíba, da Mata ao Sertão, entrevistando os secretários de Educação, de Cultura ou de ambos, conforme se apresentava. Em cada uma das mesorregiões, dois municípios foram visitados perfazendo oito entrevistados, objetivando identificar oportunidades e interveniências envolvidas na inclusão dos bibliotecários. As hipóteses transformam-se em categorias, analisadas de acordo com os conteúdos manifestos nas entrevistas e as encontram-se nas categorias seqüenciadas abaixo:

#### *Hipótese (a). Categoria: O Profissional Bibliotecário*

Dos oito municípios, um entrevistado demonstrou total desconhecimento da existência da profissão de bibliotecário. As demais declarações foram incapazes de sustentar a hipótese de que o desconhecimento acerca do profissional pode ser a razão maior da não inclusão do profissional nas BP, presentes em alguns municípios.

#### *Hipótese (b). Categoria: Legislação Profissional*

Pode-se afirmar que o desconhecimento da lei é uma razão cabal para a exclusão. Um município expressou conhecimentos a respeito da lei e apresentou em seu quadro de recursos humanos um bibliotecário. Enquanto a maioria dos secretários conhecia a existência do bibliotecário enquanto profissão de nível superior, porém desconheciam a lei que formaliza o exercício profissional e exige sua permanência nas BP. Os secretários nunca ouviram falar na lei 4.084/62, mas culpavam a falta de divulgação e, portanto, o desconhecimento como justificativa. Pela fisionomia jovial dos entrevistados podemos afirmar que muitos nem eram nascidos na data em que a lei foi sancionada. Isso nos mostra a preponderância que uma legislação atual, exerce sobre as mais antigas. A política quando explícita ou expressa em documento constitutivo nada mais é do que intenção registrada em documento oficial. Se essa política públicas vai se concretizar isso é da responsabilidade de todos não apenas de quem as criou. Na última década, por exemplo, assistimos ao surgimento de muitas alterações nas leis que regem a educação do país, os profissionais da área acompanharam atentamente as alterações para não serem penalizados dentro das respectivas regras. O fato é que existem pressões e cobranças no tocante às verbas escolares. Já quando o assunto são as BP a preocupação com o entendimento das políticas é quase inexistente. Os secretários relataram nunca receber comunicado algum seja de natureza escrita



ou verbal sobre a lei e sobre a obrigatoriedade da inclusão do profissional bibliotecário. Enquanto pesquisadores, apresentamos aos secretários a legislação e orientamos como os mesmos poderiam cadastrar as BP no SNBP. Isto se configura como vantagem pelo fato de termos ido aos municípios coletar informações, mas, também oferecer ajuda. Não faria sentido interrogá-los, perceber a falta de conhecimento dos mesmos e deixá-los desconhecendo a legislação. Com isto afirmamos que a falta de conhecimento a respeito da lei 4.084/62 é uma forte barreira à inclusão dos profissionais bibliotecários. Trata-se de uma política explícita, uma lei votada e aprovada pelo Congresso Nacional. Contudo a existência de um documento público em forma de lei não é o suficiente para garantir a participação do público e conseqüentemente a execução do que está nela expresso.

### *Hipótese (c). Categoria: Interiorização da Graduação em Biblioteconomia*

Inexistem profissionais bibliotecários nas BP das Mesorregiões do Agreste, Borborema e Sertão. Dos oito municípios pesquisados o único que possuía o profissional foi o que pertence à Mesorregião da Mata Paraibana, e situa-se próximo à capital João Pessoa, cujo profissional é nascido na cidade. Consideramos esta hipótese confirmada. Os municípios receberam nos últimos anos investimentos para a qualificação dos quadros de professores no nível de graduação nas áreas de licenciatura, possibilitados pela abertura e extensão de instituições de ensino superior públicas e privadas nas regiões. O Governo Federal na primeira década do século expandiu suas instituições de ensino superior, mas não criou outra Graduação em Biblioteconomia na Paraíba. Na direção oposta o estado do Ceará criou um curso superior de Biblioteconomia no Campus de Juazeiro do Norte, Região do Cariri. Desconhecemos iniciativa semelhante na Região Nordeste. O resultado na Paraíba é a inexistência de bibliotecários em atuação nas BP do interior. O município que entrevistamos na Mesorregião da Mata Paraibana onde se encontra a Universidade Federal da Paraíba e seu Curso de Graduação em Biblioteconomia foi único a possuir profissional bibliotecário. Não foram encontrados profissionais em atuação nas mesorregiões do Agreste, Borborema e Sertão.

A escassez de profissionais, somada a falta de informações sobre a legislação, fazem com que os prefeitos e secretários optem pela nomeação de qualquer cidadão para a coordenação da BPM. Se, defendemos que a inclusão de um profissional bibliotecário pode melhorar os serviços de informação prestados pelas BPM, a situação da PB está segundo dados da FGV, distante da qualidade de seus serviços. Mais da metade dos coordenadores das BPM pesquisadas no censo de 2009 na Paraíba não foram qualificados para o desempenho das atividades. Isto corresponde a um percentual de 65% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 43). Diante da impossibilidade de interiorização da biblioteconomia uma opção que traria resultados em curto prazo seria a criação de cursos técnicos oferecidos por instituições competentes.



### *Hipótese (d). Categoria: Inclusão do Profissional Bibliotecário*

Dos oito municípios pesquisados um na mesorregião da Mata Paraibana afirmou enfaticamente que o seu município não atravessa um momento econômico muito confortável e que as prioridades sem dúvida seriam a saúde, educação, ação social, infra-estrutura e por último a cultura. Não seria viável para o mesmo contratar um profissional bibliotecário quando o hospital precisa de médicos e enfermeiros. Nos demais municípios essa foi uma questão não decisiva. Muitos reconhecem a carência que possuem em relação ao profissional, mas ao conhecerem a legislação, na oportunidade da entrevista, entenderam que era uma legislação e caberia ser executada pelo executivo local. Neste caso observa-se que são lei e programa que ao serem entendidas se coadunam para o alcance do objetivo maior que a distribuição socialmente justa e racional de informação por meio das políticas públicas de BP. A dificuldade maior seria encontrar o profissional para atuar em municípios de regiões carentes. A escassez de profissionais, a barreira mais forte, uma vez que a maioria encontra-se nas capitais dos estados e não se deslocariam para o interior. Muitos secretários têm autonomia para contratar, não o fazendo por desconhecimento da legislação e escassez profissional.

O secretário do município onde há o profissional enfrentou as lideranças políticas locais para convencê-las de que a inclusão de um bibliotecário seria importante para a cidade. Na visão dos opositores não seria prioridade. O secretário, no entanto, venceu a discussão, a vaga foi aberta, concurso público realizado e o profissional nomeado em março de 2011. Podemos dizer que a hipótese tem fundamentos, contudo não pode ser generalizada. Não foram citados indícios que viessem a confirmá-la na totalidade. O não conhecimento da lei 4.084/62 e a escassez seriam barreiras constantes à maioria dos municípios.

### *Hipótese (e). Categoria: Salário*

No município da Mesorregião da Mata Paraibana o profissional bibliotecário recebe um salário em torno de R\$ 800,00, considerando que ele é natural da cidade que está localizada na mesorregião onde há curso de graduação. Nas demais regiões inexistiram bibliotecários. Concursos públicos foram realizados em alguns municípios pesquisados e o profissional foi desconsiderado. No município de Sossêgo abriu-se vaga no último concurso público para bibliotecário, mas não houve interessados. Isso pelo oferecimento de um salário no valor de R\$ 510,00. Citamos o caso, pois por ele conseguimos provar que se oferecem salários pouco atrativos nos municípios do interior. Os profissionais sentem-se desestimulados a receber um salário que não cobre despesas com alimentação, saúde, vestuário, moradia e lazer. Os valores mínimos e máximos detectados na pesquisa situam-se entre R\$ 510,00 e 1.500,00. Quando o Governo Federal realiza concursos para universidades, não faltam candidatos. O vencimento básico de um recém contratado é de R\$ 3.293,00 acrescidos de contrapartida em plano de saúde e possibilidades de ascender na carreira com cursos de capacitação e qualificação, aumentando



a renda até os limites do plano de cargos salários e carreiras dos profissionais de IFES. Isto justifica o fato de termos na Paraíba, por exemplo, profissionais bibliotecários atuando em campus distantes como Cajazeiras, Sumé, Cuité, Pombal dentre os que possuem instituições federais de ensino. Diante das proposições confirmamos a hipótese.

## 4 CONCLUSÃO

Entendemos que o não conhecimento da lei 4.084/62, a escassez de profissionais no interior e os baixos salários oferecidos foram as barreiras mais fortes para a inclusão dos profissionais bibliotecários nas BPM. Em relação às oportunidades afirmamos que as mesmas emanam do governo federal por meio de suas políticas e que desencadeiam conseqüências que podem ser consideradas oportunidades em potencial para a classe bibliotecária na Paraíba. Dentro de um prazo de dois anos o estado terá erradicado todos os municípios sem BP, gerando um mercado de trabalho em potencial dentro dos limites territoriais. Os municípios que não tiverem suas BPM em funcionamento estarão impossibilitadas de receber repasses do MinC. Esta medida fortalece os equipamentos, propiciando uma melhor atenção na manutenção dos mesmos, impedindo que sejam fechados por desinteresse de determinados gestores. Analisar as políticas voltadas à inclusão dos profissionais bibliotecários nas BPM é basicamente se debruçar sob as ações do Governo Federal por meio do MinC e do SNBP. Suas ações têm conseqüências em todo o território nacional. E pode-se dizer que este foi o propulsor das BP brasileiras. Debruçar-se sobre uma política pública é questionar e avaliar as ações dos órgãos responsáveis. As lacunas descobertas não se reduzem ao âmbito das críticas, mas, sobretudo pela possibilidade que tem este instrumento científico de alertar as autoridades competentes. Compreendemos ser uma missão das ciências sociais aplicadas estudar questões, fenômenos, problemas que tragam compreensões e intervenções na realidade social. Analisar instituições responsáveis pelas políticas e suas respectivas ações no regime democrático é possível por meio da análise de políticas públicas uma vez que as mesmas estão em estado de ser acompanhadas (ROWLANDS, 1996). Vivemos a forma de governo republicano na qual o chefe de estado é eleito pelo povo de quem emana o poder e é natural que as políticas públicas estejam ao alcance dos cidadãos. Na verdade elas sempre estiveram, a participação e a apropriação da política pública de informação em foco, não foi considerada uma prioridade nos governos municipais. A existência da legislação e programas de incentivo abordados no decorrer deste trabalho não são o suficientes para promover a inclusão de profissionais bibliotecários e com isso potencializar os serviços destes equipamentos pelo interior da Paraíba. As hipóteses e suas causas fornecem subsídios para compreender o que dificulta este processo que ainda merece ser mais discutido não só pelos representantes do poder mas sobretudo pelos seus representados e pelos próprios bibliotecários.

Nesta pesquisa retratamos o lado político das BP, estamos convictos que com o novo modelo de sociedade da informação no qual vivemos e com as constantes mudanças ocorridas ao longo dos tempos, muito existe a ser pesquisado sobre as BP que não são mais como outrora e que no





futuro não serão como hoje. Entender estas mudanças é, sobretudo, dialogar com as políticas que indubitavelmente se constroem para dinamizar e equilibrar a trajetória das instituições democráticas denominadas Bibliotecas Públicas.

## ABSTRACT

This paper is the result of a research developed within the scope of the Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Information Science Postgraduation Programme) at master degree's level at the Universidade Federal da Paraíba. Its main theme is the concern with the inclusion of librarian professionals at Municipal Public Libraries (local political level) of Paraíba as a consequence of the national policy (national political level) of introduction and revitalization of these local institutions. Such policy is promoted in the States by acts of the Programa Livro Aberto (Open Book Programme) which is implemented by Fundação Biblioteca Nacional/Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura (MinC) (National Library/National System of Public Libraries of the Ministry of Culture) in joint with the Brazilian towns. Institutionally this is an act that has so far counting on the federal government as its main supporter, since the action of the former Instituto Nacional do Livro (INL), which was at that time subordinated to the Ministry of Education, is now under the responsibility of the MinC's agencies mentioned above. It discusses the conceptual matter concerning the general concept of Politics, public policy, and information public policy, as well as the relation of the Programa Livro Aberto to these concepts. During the research, eight towns were visited, all located in the four regions (1) of the State which are funded by the programme. The municipal secretaries of education and culture were interviewed and asked on the inclusion of professional librarians in the Municipal Public Libraries introduced by means of the programme. Three of five hypotheses set up by the survey were confirmed. It was concluded that the public libraries from Paraíba do not possess, in its most, the librarian professional, and this exclusion is backed up by the managers' non-compliance with the law 4.084/62, and the lack of both professionals in the countryside of Paraíba and financial support of the towns.

**Keywords:** Municipal Public Libraries – Paraíba; Librarian – Professional Inclusion – Public Information Policy

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio:** biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

ARISTOTELES. **A política.** 3.ed. São Paulo: Martins, 2006.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implantação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos et al. **Políticas públicas e gestão local:** programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003. Disponível em: <[http://www.rebrip.org.br/noar/anexos/acervo/10\\_Sergio%20Azevedo\\_06.doc](http://www.rebrip.org.br/noar/anexos/acervo/10_Sergio%20Azevedo_06.doc)>. Acesso em: 10 jul. 2008.

BARBOSA, Johnny Rodrigues. **A inclusão de bibliotecários nas políticas nacionais de bibliotecas**



**públicas.** 2011. 139 f. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Orientadora Dra Joana Coeli Ribeiro Garcia.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Políticas nacionais de informação.** Salvador: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.aldoibct.bighost.com.br/download/pesquisa/cinform.ppt>>. Acesso em: 07 jul. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992.** Institui o SNBP e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/pages.php?recid=497>>. Acesso em: 03 jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Fome de livro.** Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/programas\\_e\\_acoes/index.php?p=986&more=1&c=1&pb=1](http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/index.php?p=986&more=1&c=1&pb=1)>. Acesso em: 05 jul 2008a.

BRASIL. **Plano Nacional do Livro e da Leitura.** Disponível em: <<http://www.vivaleitura.gov.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2008b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 91.114 de 15 de março de 1985.** Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p.4773, coluna 2, 15 de março de 1985. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d91144.pdf>. Acesso em: 18 dez 2010.

CAVALCANTI, Ilce G. M. **Panorâmica do SNBP/FBN :2008.** Disponível em: <<http://www.bn.br/snbp/ifla.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2008.

CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; CUNHA JÚNIOR, Moaci Vilarino da. Abrindo e fechando portas: diagnóstico das bibliotecas públicas municipais da região metropolitana norte do Recife – PE. **Biblionline.** João Pessoa, v.3, n.1, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais:** Estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/> > . Acesso em: 08 dez 2010.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

MARQUES NETO, José Castilho. Ano Íbero-Americano da Leitura, o Ano que não deve acabar. In: AMORIM, Galeno (Org.). et al. **Políticas públicas do livro e leitura.** Brasília: OEI, 2006. (cadernos da Íbero-América).

PEREIRA, Potyara A. P. Centralização e exclusão social: duplo entrave à Política de Assistência Social. Ser Social. Brasília: UNB, 1998. p. 119-133. (Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília , JUL a DEZ, n.03.



Exclusão Social e Situações de Risco). Disponível em: [http://seer.bce.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/201/2263](http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/201/2263). Acesso em: 15 jun 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**. V.2, n.2; São Paulo, mai/ago, 1988.

SIMÕES, Roberto Porto; LIMA, Suely Mary do Nascimento. **Relações Públicas e Micropolíticas**: estudo comparativo de seus processos e programas. Programa de pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:sPPqyOMLQWcJ:www.sinpropr.org.br/clipping/2003/simoes.rtf+micropol%C3%ADticas+e+macropol%C3%ADticas&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 18 abr 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <[www.usp.br/procam/docs%20novos/artigos%20para%20aulas/celina%20souza%20polpuba03n16.pdf](http://www.usp.br/procam/docs%20novos/artigos%20para%20aulas/celina%20souza%20polpuba03n16.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2008.

SIMÕES, Roberto Porto; LIMA, Suely Mary do Nascimento. **Relações Públicas e Micropolíticas**: estudo comparativo de seus processos e programas. Programa de pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:sPPqyOMLQWcJ:www.sinpropr.org.br/clipping/2003/simoes.rtf+micropol%C3%ADticas+e+macropol%C3%ADticas&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 18 abr 2010.

SPOSATI, Adailsa Maria de Oliveira. **Mapa da exclusão / inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública Brasileira**: Desempenho e perspectivas. Brasília: INL, 1980.

**UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO**. Disponível em: <<http://www.psdbr.org.br/Noticias/ViewRealizacoes.asp?ID=117>>. Acesso em: 03 jul. 2008.